



Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia



PLENARIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO	ESTADO DE RONDÔNIA Assembléia Legislativa 24 JUN 2014 Protocolo: <u>198/14</u> Processo: <u>198/14</u>	Projeto de Lei	Nº <u>1320/14</u>
	AUTOR: DEPUTADO LEBRAO		

“Institui o Quadro de Pessoal Gerencial em extinção do Poder Legislativo”.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Quadro de Pessoal Gerencial em extinção, conforme anexo único.

Parágrafo único – O Quadro de Pessoal Gerencial em extinção, previsto nesta lei, será preenchido pelos atuais servidores que estão em exercício e não tenham sido admitidos na forma prevista pelo inciso VII art. 08 da Lei Complementar nº 68/92, e na forma regulada do inciso II art. 37 da Constituição Federal de 1988, estável ou não pelo por efeito do art. 19 do ADCT da CF/88, que ingressaram no Serviço Público até 31 de dezembro de 2007 ficam efetivados e passam a integrar quadro em extinção.

Art. 2º - O Quadro de Pessoal Gerencial em extinção, criado por está lei, será composto de cargos em números, símbolos, códigos, referências e classes e quantidades idênticos ao numero de

Ocupantes em cargo em comissão ou algum destes que melhor se aplicar a lei, que atenda aos requisitos até a presente data.

§ 1º Os servidores de que trata o parágrafo único do art. 1º e art. 2º da referida lei, somente poderão ingressar no Quadro de Pessoal Gerencial em extinção, se exercerem suas atividades laborais na sede do Poder Legislativo, situado na capital do estado sendo condicionado à comprovação de residência fixa na localidade determinada, ficando expressamente vedado à incorporação de servidores e assessores lotados em gabinetes ou escritórios de representação parlamentar em distritos ou municípios do interior do estado.



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PLENARIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

Projeto de Lei

Nº _____

AUTOR: DEPUTADO LEBRAO

§ 2º Fica expressamente impedido a transposição de casais, seja qual a forma de união, devendo ambos acordarem qual cônjuge deverá ser transposto, tendo como critério: antiguidade no cargo ocupado ou servidor mais idoso.

Art. 3º O ato de inclusão dos servidores a serem enquadrados que cumprem os requisitos previstos no parágrafo único do art. 1º desta lei, no Quadro de Pessoal Gerencial em extinção, será de competência exclusiva da Mesa Diretora.

§ 1º Os servidores incluídos no Quadro de Pessoal Gerencial em extinção que trata esta lei, somente poderão ser exonerados (demitidos) com fundamentos no disposto do Capítulo V, arts. 168, 169, 170 e 173 da Lei Complementar nº 68/92, com fulcro no Capítulo III art. 7 da Lei Complementar nº 136/13, através de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) instaurado pela Corregedoria Geral e Auxiliado pela Advocacia Geral da Ale/RO.

§ 2º O Regime Jurídico a ser adotado nesse Quadro de Pessoal Gerencial em extinção, será o que está consagrado na Lei nº 68, de 09 de dezembro de 1992, que rege as prerrogativas, direitos e vantagens contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia.

§ 3º Aplica-se a esta lei o disposto no caput II arts. 5º; 6º e 7º Incisos I; IV; VI; VII; VIII; IX; XII; XIII; XV; XVI; XVII; XVIII; XIX; XX; XXII; XXX e XXXIV da Constituição Federal de 1988 e demais diretos que a lei dispuser.



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PLENARIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO	Projeto de Lei		Nº _____

AUTOR: DEPUTADO LEBRAO

§ 4º Os servidores que compõe o Quadro de Pessoal Gerencial em extinção, a partir da publicação desta lei, passam a ser vinculados ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia – IPERON, como contribuintes solidários como dispõe os arts. 39, 40, 149 §§1º; 2º, 150, I, II, 201, 202 da CF/88 e em especial o contido no caput II seção I dos arts. 232 a 237 da LC nº 68 de 09 de dezembro de 1992.

Art. 4º- Quadro de Pessoal Gerencial em extinção é o quadro constituído por cargos de provimento em extinção, ocupados por servidores admitidos, na forma da lei, para o desempenho de atividades de direção, coordenação, gerência, assessoria, e assistência direta, em caráter efetivo, de acordo com as quantidades e especificações contidas em lei específica.

Art. 5º À medida que os cargos e funções transformados pela presente lei vagarem estes serão automaticamente extintos, sendo vedada a inclusão ou admissão de novos servidores, a qualquer título tendo efeito *ex nunc*.

Art. 6º Fica criado uma tabela contendo uma nova nomenclatura dos cargos, códigos e referências salariais e escolaridade destes servidores.

§ 1º - Fica criado um teto base de vencimentos para os níveis de escolaridade: Fundamental, Médio e Superior exposto na tabela, abrangendo os atuais servidores alcançados pela presente lei.

§ 2º - É de competência exclusiva da Mesa Diretora, determinar qual referência salarial será empregada nos demais servidores, através dos códigos expostos na tabela que variam de 1 a 30, que serão os proventos mensais destes, e sendo integrante do Quadro de Pessoal Gerencial em extinção o mesmo será a função gratificada, não ultrapassando o percentual advertido na mencionada lei.

§ 3º - Fica vedado no que dispõe os §§ 1º e 2º do art. 3º da referida lei, aos ocupantes de cargos de Direção, Gerência, Chefia e Coordenação sendo servidores ocupantes dos respectivos cargos abrangidos pela referida lei, estes deverão ser enquadrados nos cargos equivalentes a sua escolaridade sem prejuízo remuneratório.



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PLENARIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

Projeto de Lei

Nº _____

AUTOR: DEPUTADO LEBRAO

§ 4º - Como está consagrado no art. XV da Constituição Federal, o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são **irredutíveis**, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 7º, VI 39, §4º, 150, II, 153, III, §2º, I.

§ 5º - Os servidores de que trata o § 3º do art. 6º da referida lei, se por ventura estiverem ocupando cargos de direção, gerência, chefia ou coordenação. Perceberão apenas **50%** da função gratificada do cargo ocupado junto do seu vencimento base, sendo vedado o ganho integral da gratificação, quando este servidor deixar a função especial. Volta a perceber apenas seu vencimento base, acrescido de seus auxílios estatuídos em lei.

I – O servidor que compõe o Quadro de Pessoal Gerencial em extinção que trata a presente lei for aprovado em concurso público e tomar posse para cargo ou emprego público em qualquer órgão da União, Estados, Distrito Federal e Municípios ou vier a falecer:

- a) O cargo, função e demais dispositivos serão automaticamente extintos do Quadro de Pessoal Gerencial em extinção criado por esta lei.
- b) Exceto quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no art. 37 inciso XI da Constituição Federal e leis correlatas.
- c) O servidor que por ventura vier a óbito, tendo este deixado dependente menor de idade, este passará a receber o estipêndio do benefício de pensão por morte, que corresponderá à totalidade da remuneração, subsídio ou proventos do servidor falecido, até sua maioridade de **21** (anos) completos, sendo cessados em seguida ou no “post mortem”.

Art. 7º Como dispõe o caput VII Seção I do art. 37º Inciso X da Constituição Federal: a remuneração dos servidores públicos e o subsídio que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

§ 1º As tabelas com as referências salariais e códigos em geral, serão reajustadas mediante disponibilidade financeira e orçamentária pela Mesa Diretora, não ultrapassando o percentual estipulado que determina a Lei nº 101, de 04 de Maio de 2000 (LRF).

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei Complementar ocorrerão por conta de dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa.

Parágrafo único – fica vedado à dedução das cotas parlamentares individuais, para a cobertura pecuniária mensal dos servidores que trata o quadro de pessoal gerencial em extinção, devendo as despesas financeiras serem cobertas administrativamente pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

ANEXO ÚNICO QUADRO DE PESSOAL GERENCIAL EM EXTINÇÃO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA				
CLASSES:	ENS:	CÓD/ABREV:	REF:	VENC. DE FUN. GRAT.
CLASSE A AUX. APOIO	ENS. FUND.	AA	01	R\$ 741,00
CLASSE B ASS. TÉC. LEGISL	ENS. MÉDIO.	ATL	02	R\$ 751,00
CLASSE C TÉC. LEGISLATIVO	ENS. SUPER.	TL	03	R\$ 761,00
			04	R\$ 771,00
			05	R\$ 791,00
			06	R\$ 809,00
			07	R\$ 853,00
			08	R\$ 897,00
			09	R\$ 941,00
			10	R\$ 985,00
			11	R\$ 1.029,00
			12	R\$ 1.073,00
			13	R\$ 1.249,00
			14	R\$ 1.425,00
			15	R\$ 1.505,00
			16	R\$ 1.565,00
			17	R\$ 1.689,00
			18	R\$ 1.865,00
			19	R\$ 2.105,00
			20	R\$ 2.305,00
			21	R\$ 2.965,00
			22	R\$ 3.185,00
			23	R\$ 3.405,00
			24	R\$ 3.625,00
			25	R\$ 4.505,00
			26	R\$ 5.825,00
			27	R\$ 6.265,00
			28	R\$ 6.705,00
			29	R\$ 7.145,00
			30	R\$ 7.650,00

TETO BASE DE VENCIMENTOS:		REF:	
VENC. BASE ENS. FUND:	AUXILIAR DE APOIO:	07	R\$ 1.500,00
VENC. BASE ENS. MED:	ASS. TÉCNICO LEGISLATIVO:	10	R\$ 2.500,00
VENC. BASE ENS. SUP:	TÉCNICO LEGISLATIVO:	11	R\$ 3.500,00



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PLENARIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO		Projeto de Lei	Nº _____
AUTOR: DEPUTADO LEBRAO			

Art.9º Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Como preconiza a Constituição Federal de 1988, que por sinal é tida como uma das mais modernas da sociedade contemporânea, que afirma em seu Art. 5º “todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza”, não é o que de fato acontece na situação trabalhista em especial, pois existem algumas lacunas a serem superadas, o servidor não estável ao longo das décadas sofre desde a edição da Carta Constitucional de 1988.

O mesmo não vem obtendo uma isonomia salarial e uma segurança trabalhista, na qual a referida Constituição defende, estes servidores que geralmente ocupam cargos de direção, chefia e assessoramento, labutam com dedicação exclusiva e comprometimento muitas vezes, tanto quanto um servidor efetivo ou celetista, tendo em vista que as cobranças e responsabilidades são gigantescas.

Em alguns casos são iguais ou até maiores que os servidores citados a pouco, ocasionando um desequilíbrio emocional e psicológico. A proposta aqui apresentada tem como escopo equacionar esses descompassos e a insegurança jurídica, via criação e regulamentação por Lei Complementar, pois estes contribuirão muito mais com o serviço público.

O mesmo já é refém do espectro de possíveis demissões, e da ausência de políticas trabalhistas como: aviso prévio, FGTS, indenizações e demais direitos que todo cidadão tem por direito. Como dispõe nossa Carta Magna, a proposição em tela tem como intuito, reparar algumas distorções e acabar com a terceira classe trabalhadora. Tão perseguida, humilhada e subjugada, onde apenas Estatutários e Celetistas tem seus direitos resguardados, preenchendo este vácuo que a

Constituição Federal deixou. Estes trabalhadores ficaram sem um Regime Jurídico que regulasse a situação funcional.

É sabido por todos que a maioria da mão de obra empregada nas casas legislativas do país, tem em seus quadros funcionais servidores não estáveis que não possuem vínculo de efetividade com a administração pública, mais são submetidos ao regime de direitos e obrigações próprios dos ocupantes de cargos efetivos, tendo em vista que a grande maioria de servidores beneficiados com a presente propositura já conta com mais de 10 (dez) anos de serviço público ininterrupto prestado a essa augusta casa de leis.



Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia

PLENARIO DAS DELIBERAÇÕES		
PROTOCOLO	Projeto de Lei	Nº _____
AUTOR: DEPUTADO LEBRAO		
<p>Muitos destes servidores já possuem idade acima de 40 (anos) impossibilitando a absorção para o mercado de trabalho, o ingresso em Universidades, Faculdades, e órgãos públicos por meio de concurso, tendo como concorrentes jovens mais bem preparados pelo vigor da juventude.</p> <p>Os servidores públicos são trabalhadores, e nessa qualidade encontram amparo em alguns fundamentos da CF como: igualdade, dignidade da pessoa humana, segurança das relações jurídicas, do valor social do trabalho.</p> <p>A estabilidade além de direito do servidor é instrumento com finalidade importantíssima para a administração, e suprimi-la causa prejuízo à atividade pública. Sabe-se também que é fundamento da República Federativa do Brasil, o valor social do trabalho, pois é por meio deste que o homem prevê sua subsistência e de sua família e o crescimento do país.</p> <p>A estabilidade é uma segurança ao servidor público contra despedidas arbitrárias, é um instrumento fundamental para o Estado Democrático de Direito, pois proporciona aos servidores públicos, a segurança do desempenho de suas atividades com imparcialidade e impessoalidade. Evitando ilegalidades, abusos de poder, fraudes e outros desvios prejudiciais à ordem jurídica estatal.</p> <p>Com a aprovação da presente proposta, será devolvida as esses servidores a valorização, o respeito e dignidade. Para assim proporcionar um ambiente agradável e o bom andamento da administração pública no Poder Legislativo;</p> <p><i>O Plenário do STF deferiu medida cautelar na ADI 2.135-MC, para suspender a eficácia do caput do art. 39 da CF, na redação dada pela EC 19/1998, com efeitos ex nunc, substituindo a legislação editada nos termos da emenda declarada suspensa. (Art. 39, caput, na redação da EC 19/1998: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.")</i></p> <p><i>"A matéria votada em destaque na Câmara dos Deputados no DVS 9 não foi aprovada em primeiro turno, pois obteve apenas 298 votos e não os 308 necessários. Manteve-se, assim, o então vigente caput do art. 39, que tratava do regime jurídico único, incompatível com a figura do emprego público. O deslocamento do texto do § 2º do art. 39, nos termos do substitutivo aprovado, para o caput desse mesmo dispositivo representou, assim, uma tentativa de superar a não aprovação do DVS 9 e evitar a permanência do regime jurídico único previsto na redação original suprimida, circunstância que permitiu a implementação do contrato de emprego público ainda que à revelia da regra constitucional que exige o quorum de três quintos para aprovação de qualquer mudança constitucional. Pedido de medida cautelar deferido, dessa forma, quanto ao caput do art. 39 da CF, ressaltando-se, em decorrência dos efeitos ex nunc da decisão, a subsistência, até o julgamento definitivo da ação, da validade dos atos anteriormente praticados com base em legislações eventualmente editadas durante a vigência do dispositivo ora suspenso. (...) Vícios formais e materiais dos demais dispositivos constitucionais impugnados, todos oriundos da EC 19/1998, aparentemente inexistentes ante a constatação de que as mudanças de redação promovidas no curso do processo legislativo não alteraram substancialmente o sentido das proposições ao final aprovadas e de que não há direito adquirido à manutenção de regime jurídico anterior." (ADI 2.135-MC, Rel. p/ o ac. Min. Ellen Gracie, julgamento em 2-8-2007, Plenário, DJE de 7-3-2008.)</i></p>		



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PLENARIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO		Projeto de Lei	Nº _____
AUTOR: DEPUTADO LEBRAO			

Por essas razões envidamos esforços, e pugnamos pelo apoio irrestrito e incondicional de todos os pares Membros desta egrégia casa de leis.

Plenário das Deliberações, 18 de Março de 2014.

Deputado **JOSÉ EURÍPEDES (LEBRÃO)**
1º secretário MD/ALE/RO